



Orientado por seus advogados, Francisco Lopes recusou-se a responder pergunta sobre eventual depósito no exterior

Francisco Lopes nega ter vendido dólar barato

O economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, disse ontem aos senadores da CPI do Sistema Financeiro que o BC vendeu dólares aos bancos Marka e Fontecindam, três dias antes da liberação do câmbio, por “cotações superiores às praticadas para o mercado futuro”.

PÁGINA 5

Líderes definem as prioridades do semestre

Entre as propostas que deverão ser colocadas em votação até o final do ano está a que disciplina a edição de medidas provisórias

Terão prioridade na pauta de votações do Senado no segundo semestre as propostas destinadas a disciplinar a edição de medidas provisórias, estabelecer a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a ajustar a Constituição à



Antonio Carlos recebeu os líderes partidários em seu gabinete

criação do Ministério da Defesa. A lista, que poderá ser ampliada na próxima semana, foi acertada ontem durante reunião do presidente

da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, com líderes partidários e com os presidentes das comissões permanentes.

PÁGINA 2

Senadores defendem renegociação de dívidas dos produtores rurais

O importante papel exercido pelo setor agropecuário na economia brasileira foi ressaltado ontem em plenário, ao mesmo tempo em que o movimento dos produtores rurais ocupava a Esplanada dos Ministérios. Os senadores foram unânimes ao defender a renegociação da dívida dos agricultores.

PÁGINA 8

O movimento dos produtores rurais ocupou a Esplanada dos Ministérios em busca de resposta às suas 13 reivindicações apresentadas ao governo federal



CONGRESSO ANALISA MP QUE VIABILIZA FORD NA BAHIA

A medida provisória que trata de incentivos ao desenvolvimento regional é uma das previstas na pauta de sessão marcada para as 18 horas do Congresso Nacional.

PÁGINA 3

PLENÁRIO COMEMORA VINTE ANOS DE ANISTIA

Nove senadores se inscreveram para falar sobre o aniversário da anistia durante o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de hoje no plenário.

PÁGINA 3

Líderes definem pauta de votações para o semestre

Terão prioridade o limite à edição de medidas provisórias, a criação da Abin e a adaptação à Constituição da criação do Ministério da Defesa

As propostas destinadas a disciplinar a edição de medidas provisórias, estabelecer a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a adaptar à Constituição a criação do Ministério da Defesa terão prioridade na pauta de votações do Senado neste semestre. A decisão foi tomada por consenso pelos líderes partidários e presidentes de comissões permanentes da Casa, durante reunião realizada ontem com o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães.

Os participantes do encontro buscaram um consenso para a posição da instituição frente aos pedidos de renegociação das dívidas dos estados. De acordo com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, "todas as lideranças concordaram em seguir as disposições da Resolução 78 para analisar os pedidos de renegociação de dívidas dos estados, dando uma demonstração clara de apoio



Os líderes reuniram-se no gabinete da presidência do Senado para discutir o que será votado

ao esforço do governo para promover o ajuste fiscal".

Arruda preferiu não comentar os possíveis reflexos dessa decisão sobre pleitos de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, que se encontram em análise pelo Senado.

Em nova reunião com os líderes partidários, na terça-feira, Antonio Carlos Magalhães pretende receber novas su-

gestões de projetos prioritários para apreciação no segundo semestre, mediante entendimentos entre os partidos.

Os líderes decidiram, ainda, acolher proposta do senador Jader

Barbalho (PA), líder do PMDB, para revogação

de resolução da Casa que estabeleceu a aprovação de determinadas matérias pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por decurso de prazo.

— Hoje, caso os senadores não apreciem a matéria em dez dias, questões relativas à renegociação de dívidas dos estados são aprovadas na CAE. Resolução aceita por todas as lideranças vai revogar esse dispositivo — informou Arruda.



Deputados anunciaram concentração na Esplanada

Oposição comunica a ACM realização de marcha dos 100 mil

Deputados federais de oposição comunicaram oficialmente ao presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, no final da tarde de ontem, a realização da marcha "100 mil pelo Brasil", em Brasília, na quinta-feira da próxima semana. Participaram da audiência os deputados José Genoíno, José Dirceu e Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo, e Aldo Rebelo, do PC do B paulista.

— Comunicamos ao presidente Antonio Carlos Magalhães que realizaremos a marcha, faremos uma concentração na Esplanada dos Ministérios e vamos trazer ao Congresso Nacional o abaixo-assinado pedindo a instalação de uma

comissão parlamentar de inquérito para investigar a privatização da Telebrás — adiantou José Dirceu, que é presidente do Partido dos Trabalhadores.

Dirceu acrescentou que foram solicitadas audiências aos presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos, para que o pedido de instalação da CPI seja entregue. Ele ressaltou que a manifestação de protesto será pacífica e terá como objetivos denunciar a política econômica do governo, exigir mudanças no rumo do Brasil e apontar soluções para o país superar as dificuldades que enfrenta.

Fraga apresenta sistema de informações do BC

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, estará hoje no Senado, a partir das 11 horas, para apresentar o sistema de informações do BC, que estará disponível para o Senado, via Internet.

Ao usar o sistema de informações do Banco Central, o Senado terá acesso exclusivo a dados como o acordo com o FMI, a revisão deste acordo e suas metas, permitindo que cada senador acompanhe passo a passo o seu andamento.

Senador é convidado para inaugurar pista de pouso na Bahia

O empresário Carlos Nascimento, diretor do Hotel Transamérica, convidou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para participar na sexta-feira da inauguração de uma pista de pouso no município de Una, na Bahia, localizado entre Ilhéus e Porto Seguro. Apesar de ter sido construída pela empresa, a pista, de dois mil metros, atenderá a toda a região.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h - Recebe Armínio Fraga, presidente do Banco Central
14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
18h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente - O tempo destinado aos oradores será dedicado a comemorar o 20º (vigésimo) aniversário do advento da anistia, marco histórico na luta do povo brasileiro contra o regime de exceção, pela liberdade e pela democracia.
Pauta: Quinto e último dia de discussão da "PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); *PLC nº 18/99, que inclui os portos de Ilumbiara e São Simão, ambos no rio Paranaiaba, no estado de Goiás, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação; *PDL nº 80/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Gaúcha S. A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre (RS); *PDL 37/99, que aprova o texto do acordo sobre a operação, no Brasil, do Escritório Regional do Habitat para a América Latina e o Caribe, celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat); *PDL nº 40/99, que aprova o texto do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre os governos do Brasil e da Eslovênia; *Mensagem nº 126/99, que solicita a retirada do PLC nº 56/98 que cria o Quadro de Oficiais de Saúde do Exército (QOSau); e *Requerimento nº 398/99, do senador Pedro Piva, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 292 e 386/99, por versarem sobre critérios para porte de arma de fogo.
- ▶ 18h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.916, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, alterando a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); *MP nº 1.830-2, acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 7.738/89, que baixa normas complementares para execução da Lei nº 7.730/89 (contrato de câmbio, transferência financeira do exterior, normas de cancelamento ou baixa na posição de câmbio); *MP nº 1.831-13, que acresce dispositivos às Leis nºs 9.526/97 e 9.496/97 (contas de depósitos não recadastrados, dependendo de parecer a ser proferido em plenário); *MP nº 1.832-3, que institui o Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca, autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito extraordinário no valor de RS 165 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.836-30, que estabelece multa em operações de importação; *MP nº 1.838-5, altera dispositivos da Lei nº 9.692/98, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 1999; *MP nº 1.840-25, que cria o Fundo de Garantia à Exportação (FGE); *MP nº 1.844-20, que dispõe sobre a regulação, fiscalização e supervisão dos mercados de títulos ou contratos de investimento coletivo; *MP nº 1.859-14, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela administração pública, direta e indireta; *MP nº 1.866-3, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.593/97 (IPI); *MP nº 1.871-24, altera dispositivos da Lei nº 8.313/91 (benefícios fiscais concedidos no Imposto de Renda em operações de caráter cultural ou artístico); e *MP nº 1.903-8, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *PLS nº 287/99, que dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de 60 anos. Audiência pública para subsidiar os debates em torno de projetos e propostas de combate à pobreza, em tramitação no Senado, baseado em requerimento da senadora Heloísa Helena.
Convidados: presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, d. Mauro Morelli; pesquisador do Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados (Ipea), Ricardo Paes de Andrade; pesquisador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), José Carlos Libânio; e presidente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar, Flávio Valente. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 9h - Subcomissão de Rádio e Televisão, da Comissão de Educação
Pauta: Reunião de trabalho com o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Emenda de Plenário nº 1, do senador Antonio Carlos Valadares, ao *PLS nº 178/99, alterando a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas possíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; *PLS nº 180/99, altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revogando o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *PEC nº 10/99, dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro/98; *PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetam aos juizes eleitorais; *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; e *PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Ofitiva: Juiz Avenir Passos de Oliveira - caso Encol. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 14h30 - Comissão Mista para Erradicar a Pobreza
Pauta: Discussão e elaboração do plano de trabalho; sugestões a serem apresentadas pelos membros; discussão e votação de requerimentos; e estrutura de funcionamento. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 17h30 - Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: Apreciação de 12 matérias, destacando-se: *Diversos nº 85/96, encaminha cópia da Decisão 610/96, adotada pelo TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam; *Diversos nº 53/97, encaminha cópia da Decisão nº 625/97, adotada pelo TCU, bem como, em atendimento ao disposto no art. 69 da Lei nº 9.473/97 - LDO para o exercício de 1998, dos respectivos relatório e voto que a fundamentam; *Diversos 33/98, encaminha ao Congresso Nacional as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste; *Diversos nº 38/98, encaminha relatório das atividades do TCU, referente ao 3º trimestre de 1998; *Diversos nº 35/96, encaminha relatório das atividades do TCU, referente ao exercício de 1995; *Diversos nº 5/98, encaminha as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste; e *Diversos nº 2/98, encaminha o relatório sobre a retribuição adicional variável (RAV), referente ao 1º semestre de 1998. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

MP dos incentivos regionais será votada hoje

Outras medidas provisórias na pauta da sessão conjunta são a que institui Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca e a que cria o Fundo de Garantia à Exportação, ambas ainda na dependência de parecer a ser proferido em plenário

O Congresso Nacional deve apreciar hoje, a partir das 18 horas, medidas provisórias, entre elas a de nº 1.916, editada em 30 de julho deste ano, que trata de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida viabiliza a instalação de uma fábrica da Ford na Bahia. O parecer da Comissão Mista é pela aprovação da MP e rejeição das emendas apresentadas.

Também está incluída na pauta do Congresso para hoje a discussão, em turno único, da MP que institui o Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca e autoriza o Poder Executivo a abrir ao



A MP que o Congresso examina hoje viabiliza fábrica da Ford na Bahia

orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito extraordinário de R\$ 165 milhões. A MP ainda depende de parecer a ser proferido em plenário.

Outra medida provisória que será

discutida em turno único na sessão conjunta da Câmara e do Senado será a que cria o Fundo de Garantia à Exportação, publicada no dia 28 de julho de 1999. A medida provisória depende de parecer que será proferido em plenário.

Plenário presta homenagem ao 20º aniversário da anistia

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado hoje a comemorar o 20º aniversário do advento da anistia, "marco histórico na luta do povo brasileiro contra o regime de exceção, pela liberdade e pela democracia".

Consta também da pauta a votação do Projeto de Lei nº 134/95, que prevê reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão.

A pauta prevê a votação do Projeto de Resolução nº 83/99 – que autoriza o Segundo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção,

Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados – e do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 170/99 que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 1999.

Hoje, o plenário realiza o quinto e último dia de discussão da proposta de emenda que ajusta à Constituição a criação do Ministério da Defesa. Após a discussão, a proposta estará apta a ser votada, em primeiro turno, caso não seja apresentada emenda de plenário.

CCJ examina propostas da reforma política

Seis projetos da reforma política estão na pauta da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje. Entre eles está a proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que suprime a reeleição para prefeitos e exige a desincompatibilização nos outros casos de reeleição. Relator da proposta, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) é favorável à iniciativa, mas oferece um substitutivo.

Também integra a pauta da reunião projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas, em todos os níveis da Federação. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é o relator da matéria. Outro projeto a ser examinado é o do senador José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos sem caráter nacional o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão. O relator,

senador Edison Lobão (PFL-MA), tem parecer favorável à matéria, com emendas.

A CCJ apreciará projeto de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas no Código Eleitoral, por não terem justificado sua ausência nos pleitos realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998.

Consta ainda da pauta projeto que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juízes eleitorais. De autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o projeto tem como relator o senador Roberto Freire (PPS-PE), que apresenta parecer pela rejeição da matéria. Também com parecer contrário do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deverá ser examinado projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que amplia a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

CE conhece projeto da Universidade do Legislativo

O Projeto Universidade do Legislativo será apresentado hoje, a partir das 9h, à Subcomissão de Rádio e Televisão, da Comissão de Educação do Senado. Convidados pelo presidente da subcomissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o secretário de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Mário Lúcio Medeiros, vão expor para os senadores detalhes do projeto que prevê a formação de quadros para os legislativos estaduais e municipais.

Segundo a proposta, o sinal da TV Senado será utilizado para a transmissão de uma programação de ensino a distância, com três horas diárias, voltada à educação para a cidadania e cursos sobre processo legislativo. Outras matérias destinadas à capacitação de pessoal envolvido nas atividades parlamentares também fazem parte do projeto.

A TV Senado, que estará transmitindo em UHF até o final deste ano, terá seu sinal captado e retransmitido por geradoras dos municípios, que atuarão em parceria com o Senado Federal. As prefeituras que se equiparem poderão retransmitir a programação da TV Senado, os cursos do Projeto Universidade do Legislativo e ainda utilizar um espaço de tempo para sua própria programação local.

Além de Pedro Simon, integram a subcomissão os seguintes senadores: Amir Lando (RO) e Gerson Camata (ES), pelo PMDB; Djalma Bessa (BA) e Romeu Tuma (SP), pelo PFL; Artur da Távola (RJ) e Álvaro Dias (PR), pelo PSDB. Emilia Fernandes (PDT-RS) e Geraldo Cândido (PT-RJ), pelo Bloco Oposição.

Congresso analisará contrato de concessão de rodovias federais

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, informou, durante sessão plenária do Senado ontem, que a representação, enviada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pedindo a sustação de cláusulas de contratos de concessão de rodovias federais, será apreciada pela Câmara e pelo Senado em sessão conjunta do Congresso.

Decisão unânime do TCU sugere a anulação de cláusulas de contratos celebrados entre a União e as concessionárias Nova Dutra, Concer, Rio-

Teresópolis, Concepa e Ponte Rio-Niterói, baseada no dispositivo constitucional que proíbe a cobrança de tributos sem a existência de lei.

Antonio Carlos explicou que a matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional e que, de acordo com o artigo 44 da Constituição, será votada separadamente em cada uma das Casas, na forma de projeto de decreto legislativo. "A presidência irá encaminhar a representação à Câmara, a fim de iniciar a sua tramitação no Congresso, comunicando esta decisão ao TCU", adiantou.

ACM diz que burocratas tentam intrigá-lo com o presidente

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, criticou ontem "jornalistas desavisados e burocratas incompetentes" que tentam intrigá-lo com o presidente da República. O senador referia-se à declaração que deu em Belo Horizonte sobre a disposição do governo de não autorizar novos aumentos de combustíveis neste ano.

No entender de Antonio Carlos, esses críticos procuram colocá-lo em uma posição como se ele "quisesse avançar o sinal em medidas que o governo deveria ou deve adotar". O senador esclareceu que, quando em Belo Horizonte os jornalistas lhe perguntaram se haveria novos aumentos de combustíveis, buscou responder na linha do melhor interesse para o governo.

– Se eu fosse um burocrata diria que sim, mas como sou um político, e que defendo o presidente da República, disse que não, que não vai haver, porque o que houve foi suficiente e até além da conta do que o presidente queria. O presidente não quer aumento tão cedo, salvo se ocorrer uma catástrofe

ou coisa que venha a criar um grave problema nacional – afirmou.

O senador disse que, após fazer a declaração em Minas Gerais, comunicou o fato "de imediato ao presidente da República e também que havia feito isso em defesa do governo". Antonio Carlos relatou que "o presidente ficou extremamente satisfeito". Na avaliação do senador, "essas notícias visam intrigar o presidente da República comigo, o que não me mete medo, mas evidentemente é desagradável".

O presidente do Senado fez um aler-

ta aos funcionários do governo que estariam difundindo essas críticas: "É preciso que os burocratas tomem juízo e os jornalistas fiquem mais atentos, para que não distorçam notícias que são importantes para o país."

Antonio Carlos considera que "os burocratas ficaram irritados porque na realidade eles queriam novos aumentos de combustíveis, coisa que o presidente não quer". Perguntado sobre quem seriam esses funcionários, o senador preferiu não citar nomes, mas fez uma referência: "São os burocratas que seguem a linha do FMI (Fundo Monetário Internacional), basta procurar as áreas."

O senador anunciou que pretende continuar cumprindo seu papel, "sem medo de qualquer coisa e sem qualquer interesse pessoal". Ele acredita que "chegou a hora de cada um cumprir a sua missão, ajudando o presidente da República, que não atravessa uma boa fase, não por culpa dele, mas de seus auxiliares". Antonio Carlos acrescentou que "é hora de todos se unirem para

evar a posição do presidente". A respeito do movimento dos ruralistas em Brasília, que estão promovendo manifestações em favor da redução das dívidas do campo, o senador revelou preocupação com uma eventual volta ao passado. "Esse é um problema cuja solução compete ao presidente comandar, mas o que não acho certo, seja da parte dos ruralistas, seja da parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), é trazer caminhões, tratores... isso é um passado, de antes de 64, que não deve ser repetido – afirmou.



Antonio Carlos: burocratas ficaram irritados porque queriam novos aumentos



O texto aprovado ontem no plenário pelos senadores segue agora para sanção do presidente da República

Índices de evasão escolar terão que ser divulgados

Dados, que serão abertos à sociedade civil, permitirão maior controle da qualidade e aprimoramento do desempenho das escolas

O plenário do Senado aprovou ontem projeto que obriga a divulgação dos índices de evasão e repetência escolares pelos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. As informações deverão ser encaminhadas às secretarias municipais e estaduais de Educação, que estarão no dever de divulgar o material junto a organizações da sociedade civil e ao Ministério Público, sob pena de não poderem assinar convênios ou receber recursos da

União. O texto aprovado é originário da Câmara dos Deputados e segue agora para sanção presidencial.

Durante a discussão da matéria, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que a divulgação dos dados pelas escolas irá possibilitar uma avaliação mais profunda da qualidade do ensino praticado no país. "Educação se faz com número de matrículas, mas também com informações que indiquem a qualidade do ensino", argumentou a

senadora gaúcha. A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que a divulgação dos índices de evasão e repetência "cumprirá função pedagógica, servindo de alerta para que a sociedade fiscalize a qualidade da educação, além de motivar as escolas na busca de melhorias em seu desempenho".

Os senadores aprovaram também a renovação da permissão de funcionamento da Rádio Pioneira FM, de Porto Alegre (RS).

Plenário aprova acordo sobre tráfico de armas

O plenário do Senado aprovou ontem o texto da Convenção Interamericana contra Fabricação e Tráfico de Armas de Fogo, firmado pelo Brasil no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em novembro de 1997. O objetivo do acordo é promover a cooperação e a troca de informações e experiências nesta área, como forma de combater o tráfico de armas, muni-

ções e explosivos, prevendo-se a adoção de medidas legislativas comuns que tipifiquem como delitos a fabricação e o tráfico ilícito destes artefatos.

Além disso, o texto do acordo estabelece que os estados signatários fortaleçam o controle dos pontos de exportação e promovam assistência jurídica mútua, como forma de obter provas para investigação judicial ou processo

judicial. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), a cooperação internacional fortalecerá o combate ao contrabando de armas.

Também foi aprovado texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca.

Rodovia federal fará ligação Belém-São Luís

O Senado aprovou ontem a inclusão da ligação entre Belém do Pará e São Luís do Maranhão no Plano Nacional de Viação, o que possibilitará a conexão das duas capitais por meio de rodovia federal. Na opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA), este é o primeiro passo para a construção de uma rodovia federal com cerca de 640 quilômetros. O projeto segue para sanção presidencial.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que a aprovação do projeto é um alento para as populações do Pará e do Maranhão, na medida em que a nova rodovia deverá incluir trechos litorâneos dos dois estados. Hoje

a ligação é feita pelo interior.

Mesmo sendo favorável à ligação rodoviária entre as duas capitais, Ademir Andrade lamentou que a matriz de transporte brasileira não seja baseada em ferrovias. "Apesar de possuir um custo inicial maior, a manutenção das ferrovias é mais barata, além de possibilitar a diminuição dos custos da produção", salientou.

Também favorável ao projeto, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse que o objetivo da ligação rodoviária é integrar regiões carentes de infraestrutura, "permitindo que rompam com as dificuldades que as condenaram ao subdesenvolvimento".



Ademir Andrade é favorável à rodovia, mas quer prioridade ao transporte ferroviário

Comissão começa a atuar no exame de projeto contra miséria

A comissão mista que estudará as causas da pobreza e proporá legislação para tentar erradicá-la do Brasil reúne-se hoje, a partir das 14h30, e passa a receber sugestões dos senadores e deputados, bem como os primeiros requerimentos. A comissão também começa a elaborar o plano de trabalho que desenvolverá nos próximos 90 dias, sob a presidência do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

A priorização do debate em torno de propostas que visem a políticas públicas e a criação de grupos temáticos de trabalho como forma de aproveitar



melhor o tempo disponível são defendidas pela vice-presidente da comissão, senadora Marina Silva (PT-AC). A senadora também quer que sejam convidadas para falar à comissão pessoas que tenham experiências bem-sucedidas no combate à fome e à pobreza e que sejam historicamente comprometidas com a erradicação da miséria.

O relator da comissão, deputado Roberto Brant (PFL-MG), acredita que a sociedade brasileira saberá apoiar o trabalho dos parlamentares e espera que não se perca tempo procurando o que já se conhece.

CAS promove audiência pública para ajudar na discussão da proposta

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne hoje, às 9h, para uma audiência pública, requerida pela senadora Heloisa Helena (PT-AL), destinada a subsidiar os debates em torno de projetos e propostas de combate à pobreza. Participam o presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, d. Mauro Morelli; os pesquisadores José Carlos Libânio (PNUD) e Ricardo Paes de Andrade (Ipea), assim como o presi-

dente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar, Flávio Valente.

Também hoje a comissão — presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) — vota, em turno suplementar, projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), na forma de substitutivo apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG), que dispõe sobre a concessão de desconto no valor das passagens para os idosos.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999 (nº 626/98, na Casa de origem). Presidente da República. Altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa).

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1998 (nº 1.022/95, na Casa de origem). Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Resultado: Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CE, de redação. À sanção.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1998 (nº 2.886/97, na Casa de origem). Dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos estados do Pará e Maranhão, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado. À sanção.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1998 (nº 516/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Pioneira FM de Porto Alegre (RS).

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 56 Não: 2 Abst.: 7 Total: 65. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1999 (nº 766/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1999 (nº 760/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Requerimento nº 386, de 1999. Romero Jucá. Solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 1999, de sua autoria, que altera a redação dos artigos 19, 22, 104 e 131, e acrescenta o art. 65-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, modificada pela Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, para dispor sobre a inspeção técnica de segurança de veículos automotores em circulação.

Resultado: Aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 334, de 1999, vai definitivamente ao Arquivo.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Lopes garante que não vendeu dólar barato

Ex-presidente do Banco Central depõe na CPI do Sistema Financeiro, defende operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam em janeiro e afirma que medida evitou que país mergulhasse em grave crise econômica

O ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes afirmou ontem à CPI do Sistema Financeiro que o Banco Central não vendeu dólares a preços abaixo da cotação aos bancos Marka e FonteCindam, nos dias 14 e 15 de janeiro, três dias antes da decisão de liberar o câmbio no país. O valor da venda ocorreu por "cotações superiores às praticadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros para o mercado futuro", garantiu.

Dizendo-se orientado por seus advogados, Francisco Lopes se recusou a responder a qualquer pergunta ligada ao documento encontrado pela Polícia Federal em seu apartamento, no qual seu ex-sócio na consultoria Macrométrica, Sérgio Bragança, declara que Lopes é dono de US\$ 1,6 milhão que estariam em contas bancárias no exterior.

Questionado por mais de cinco horas pelos senadores da comissão de inquérito, o ex-presidente do Banco Central argumentou que, caso o BC não tivesse vendido dólares ao Marka e ao FonteCindam, "haveria uma ruptura na Bolsa de Mercadorias", podendo comprometer todo o sistema financeiro.

Lopes defendeu a política de flutuação cambial e sustentou que o Brasil



"pagou o menor preço", comparando-se com países do Sudeste Asiático, ao sair da política de câmbio rígido para o liberado. "A alternativa era uma moratória interna, seguida de moratória externa." Por suas contas, o Banco Central, "pelo critério de caixa", acabou ganhando "de 5 a 6 bilhões de reais" com a flutuação da moeda. "O banco perdeu na venda de dólares no mercado futuro, mas ganhou porque suas reservas passaram a valer mais em reais", disse.

Questionado pelos senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS), os quais queriam saber se o ex-presidente do BC não havia informado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, durante almoço, sobre o caso Marka-FonteCindam, Francisco Lopes foi lacônico: "Prefiro não falar sobre esse almoço".

O senador Pedro Simon ponderou que Francisco Lopes tinha a chance de recuperar sua reputação, desde que autorizasse a CPI a usar informações de suas contas bancárias e explicasse o documento do ex-sócio Sérgio Bragança. "Minha reputação está arruinada", lamentou Lopes, recusando-se a abrir mão de seu sigilo bancário e a explicar o documento.

Para Simon e Parga, Supremo prejudicou trabalhos da CPI

Ao final do depoimento prestado pelo ex-presidente do BC Francisco Lopes, o senador Pedro Simon lamentou que o Supremo Tribunal Federal, ao conceder liminares a pessoas investigadas pela CPI, "esteja amarrando" o Congresso:

— É uma hora muito triste para o Supremo. O STF está impedindo que a CPI possa investigar se um ex-presidente do Banco Central tem ou não uma conta no exterior com mais de um milhão de dólares — afirmou.

No mesmo tom, o presidente da CPI, Bello Parga (PFL-MA), também lamentou que a Justiça esteja "manietando as comissões parlamentares de inquérito". Ele afirmou que, como presidente, buscou todos os caminhos possíveis para que o trabalho da comissão não fosse prejudicado pelas decisões judiciais.

Quase todos os senadores condena-

ram uma declaração inicial de Francisco Lopes, quando considerou arbitrária a ação de policiais e de procuradores do Ministério Público por terem "invadido" seu apartamento. Para os senadores, a busca e apreensão foi legal e democrática, porque estava autorizada por uma juíza, baseada em argumentos fundamentados dos procuradores.

O ex-presidente do Banco Central negou que "despachasse" às sextas-feiras na Macrométrica, como foi noticiado. "Fundi a consultoria com vários amigos. Eu ia à empresa e aproveitava para receber pessoas do mercado. Depois, saía para almoçar com meus amigos." Lopes disse ainda que não telefonava de Brasília para a Macrométrica. "Eu passei para minha mulher o celular que o Banco Central me deu e ela costumava telefonar para o filho, que ficava na Macrométrica", explicou.



Lopes (E) recusou-se a responder perguntas relacionadas com documentos apreendidos em sua residência

Pimenta: avanços compensam os problemas na telefonia

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, admitiu ontem que os serviços telefônicos do país apresentam problemas, mas que são pequenos frente aos avanços obtidos no atendimento aos usuários desde que o Sistema Telebrás foi totalmente privatizado há um ano. O ministro falou em sessão conjunta das comissões de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle, onde também estiveram presentes o vice-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Francisco Perrone, o deputado estadual por São Paulo, Gilmar Tato (PT), e o diretor da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fitel), Luiz Antônio de Souza e Silva.

O principal avanço citado por Pimenta da Veiga foi o acesso ao telefone por um grande número de cidadãos desde o início da privatização. Na telefonia fixa, as linhas passaram de 20 para 25 milhões e na telefonia celular, de cinco para dez milhões. O ministro disse que os problemas relativos a ligações não completadas e panes no sistema de discagem interurbana estão sendo investigados. Em alguns casos, as operadoras consideradas culpadas foram multadas em até R\$ 30 milhões:

— O importante é que a privatização está propiciando a competição entre as empresas e permitindo a universalização do telefone — disse o ministro, que citou o uso de celulares por operários como uma melhoria para a população.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que presidiu a sessão juntamente com o senador Romero Jucá (PSDB-RR), alertou para o nível de insatisfa-

Durante a sessão conjunta da CFC e CI, Pimenta da Veiga creditou os problemas à rapidez no processo de privatização



ção com a qualidade dos serviços e atribuiu as disfunções da telefonia à pressa com que foram feitas as mudanças no sistema. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) listou uma série de deficiências, entre elas a existência de localidades na Baixada Fluminense onde 90 mil pessoas são servidas por apenas três orlhões.

Para os senadores Maria do Carmo (PFL-SE) e Pedro Piva (PSDB-SP), a usadia do programa de privatização da

Telebrás é elogiável. Os dois parlamentares chamaram a atenção para os benefícios da massificação e do barateamento dos telefones celulares. O senador Romero Jucá pediu ao ministro que esclarecesse como se dará o aumento dos serviços telefônicos nas regiões mais afastadas dos grandes centros, como a Amazônia. O ministro garantiu que essas áreas receberão cada vez mais telefones, inclusive destinados a aldeias indígenas.

Juiz que decretou falência da Encol presta depoimento hoje

A CPI do Judiciário ouve hoje, a partir das 10h, depoimento do juiz Avenir Passo de Oliveira, acusado de irregularidades na condução da falência da construtora Encol por quatro advogados que prestaram depoimentos à comissão no último dia 4. Em reportagem publicada pela revista IstoÉ, os advogados Sérgio Mello da Paixão, Paulo Roberto Vianna Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro Azevedo acusaram o juiz de ter recebido suborno para favorecer a construtora.



CFC busca saída para prestação de contas da Itaipu Binacional

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 17h30, para examinar uma pauta de 12 itens, entre eles decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a impossibilidade de fiscalizar as contas da empresa Itaipu Binacional, em razão de essa entidade ser conduzida de forma paritária pelo Brasil e pelo Paraguai. Relator da matéria, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) tem um parecer recomendando ao Senado que solicite ao Itamaraty previsão de controle externo pelos Legislativos do Brasil e do Paraguai. Também aguardam exame as demonstrações contábeis dos fundos constitucionais de financiamento do Centro-Oeste e do Nordeste, relativas a 1998. Enviadas à Casa pelo Tribunal de Contas da União, as matérias contam com parecer favorável do senador Luiz Pontes (PSDB-CE).

CAE aprova programação monetária do 3º trimestre

Governo projeta expansão de 8,3% da base monetária, diante da estagnação econômica e do desempenho negativo do setor de bens de capital

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) relatou favoravelmente e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a proposta de programação monetária para o terceiro trimestre do ano, enviada ao Senado pelo governo federal. Como conclusão, o relator apresentou projeto de decreto legislativo, que será submetido ao plenário.

Segundo o parecer, a equipe econômica, utilizando-se de diversos indicadores econômicos, projeta uma expansão de 8,3% da base monetária até o fim do trimestre em curso. Um dos fatores que levaram aos cálculos da programação monetária é o quadro de estagnação econômica, reforçado pelo desempenho negativo do setor de bens de capital.

Luiz Otávio assinala em seu relatório



Luiz Otávio, relator, assinalou sua preocupação com a grave questão do desemprego

que “o desemprego continua sendo uma das graves conseqüências do modelo econômico brasileiro”, quadro que tende a se agravar em face da desaceleração da economia. Com base em números fornecidos pelo governo, o senador aponta como fator positivo

um superávit nas finanças públicas.

O parecer afirma ainda que, de acordo com as autoridades monetárias, “é provável que a tendência de redução das taxas de juros acentue-se no decorrer do ano, refletindo os ganhos fiscais e a ampliação da confiança da comunidade financeira internacional”. O governo também espera reverter o saldo da balança comercial até o fim do ano:

– Cabe destacar que as faixas de variação dos principais agregados monetários continuam centradas no objetivo de assegurar a estabilidade da moeda. Com taxas de câmbio variáveis, criam-se espaços para reduções nas taxas de juros reais e no custo da dívida pública – analisou Luiz Otávio.



Somente um dos membros da CAE votou contra o parecer favorável

Autorizado refinanciamento da dívida de Santa Catarina

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou ontem parecer favorável à mensagem do Executivo que acrescenta termo aditivo ao contrato de refinanciamento da dívida de Santa Catarina. Essa alteração no contrato inicial introduz a assunção, pela União, da dívida do estado para com o Instituto de Previdência de Santa Catarina (Ipsc), até 31/10/94.

O projeto de resolução, que ainda será apreciado pelo plenário em regime de urgência, adiciona ao contrato de refinanciamento das dívidas do estado R\$ 514,8 milhões devidos ao Ipsc. O relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), acolheu emenda de Eduardo Suplicy (PT-SP) ao seu parecer.

A emenda de Suplicy estabelece que os recursos a serem injetados em Santa Catarina, por meio desse novo projeto, sejam depositados em conta especial vinculada, que só poderá ser movimentada pelo Ipsc com a exclusiva finalidade de pagamento das aposentadorias e pensões que são devidas. A utilização desses recursos para outros fins implicará nos crimes de improbidade e responsabilidade, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, de acordo com a proposta do senador petista acolhida pelo relator.

O parecer foi aprovado por todos os senadores, à exceção de Paulo Hartung (PSDB-ES). Segundo Piva, “a operação pleiteada por Santa Catarina insere-se no conjunto dos objetivos macroeconômicos do país, na medida que viabilizará a redução dos encargos e o alongamento do prazo de amortização do estoque da dívida refinanciada, induzindo ao ajuste fiscal, em decorrência dos compromissos assumidos pelo estado”.

Antes de chegar ao Senado, a matéria recebeu parecer favorável do Banco Central e da equipe econômica do governo. Muitos senadores, como Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS), criticaram a mudança de posição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que foi contra o pleito anteriormente.

Embora favorável ao projeto, Maldaner questionou a situação dos outros estados, que também deverão pleitear as mesmas condições para sanar suas dívidas. Roberto Saturnino (PSB-RJ), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) também questionaram como ficarão os outros estados que estão em posição semelhante à de Santa Catarina.

O governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, presente durante todo o debate, fez questão de esclarecer pessoalmente o pleito do estado.

Verbas contra incêndios na Amazônia vão a plenário

Com o parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovado ontem, falta apenas aprovação do plenário para que o Senado autorize o governo federal a contratar empréstimo de US\$ 15 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), destinado ao Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia (Proarco).

Segundo o relator da mensagem presidencial, senador Jefferson Péres (PDT-AM), o Proarco tem como objetivo a implantação de ações para prevenir e combater incêndios na floresta amazônica, no chamado “Arco do Desmatamento”, área de risco de queimadas que vai desde o Maranhão até o Acre:

– Esses recursos são importantes para que o governo possa tomar medidas de emergência para que as autoridades não sejam mais tomadas de surpresa como no caso das queimadas em Roraima – argumentou o relator.

Jefferson destacou que a operação de crédito já tem pareceres favoráveis da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda, além de o projeto fazer parte do Plano Plurianual e do Orçamento de 1999.



Jefferson: recursos para evitar tragédias como a de Roraima

Anúncios de carros poderão conter mensagem educativa

A Comissão de Educação do Senado aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto que assegura aos órgãos ou entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito a utilização das peças publicitárias destinadas à divulgação ou promoção de produto da indústria automobilística para a inclusão de mensagem educativa de trânsito. A matéria vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será apreciada em caráter terminativo. A comissão considerou prejudicado projeto de lei da Câmara que tramitava em conjunto com o projeto de Emília Fernandes.

O projeto estabelece que quando se tratar de publicidade veiculada em *outdoor* instalado à margem de rodovia a obrigação estende-se à propaganda de qualquer tipo de produto e anunciante, inclusive àquela de caráter institucional ou eleitoral.

Para a autora do projeto, senadora Emília Fernandes (PDT-RS), a educação para o trânsito tem tudo para se tornar uma medida eficaz para alterar

o quadro dramático da violência automobilística, através da conscientização das pessoas:

– Vinte e cinco mil mortos e 350 mil feridos por ano já renderam ao Brasil uma das primeiras colocações no *ranking* mundial da violência no trânsito – lembra a senadora.

O relator, por sua vez, disse que a escalada da violência no trânsito há muito está a exigir esforços especiais do governo e da sociedade brasileira de modo geral. Segundo ele, “o trânsito já desponta como a segunda causa de morte mais freqüente no país, registrando-se no Brasil, a cada ano, mais mortes em acidentes do que em todos os países da Europa juntos, onde a frota é oito vezes maior”.

Conforme a proposta, caberá ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) especificar o conteúdo e o padrão de apresentação das mensagens educativas sobre o trânsito. Também está previsto no projeto que a veiculação de publicidade feita em desacordo com as condições fixadas está sujeita a advertência por escrito; suspensão no veículo de divulgação pelo prazo de até 60 dias e multa de uma a cinco mil Ufirs, cobrada do dobro até o quádruplo, em caso de reincidência.



Fogaça lembrou que Brasil tem mais mortes do que toda a Europa

CE renova concessões de duas emissoras de rádio

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem pareceres favoráveis a projetos de decretos legislativos que renovam a permissão da Rádio Emissora Botucaraí (FM) de Cachoeira do Sul (RS) e da Rádio Ternura (FM) de Ibitinga (SP). Os projetos foram relatados, respectivamente, pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP). Também foi aprovado parecer do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) favorável a projeto renovando a concessão da Rádio Imbiara (AM) de Araxá (MG), e outro da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) pela renovação da concessão da Rádio Montanhosa (AM) de Viçosa (MG). Os projetos dependem ainda de votação do plenário.

Na oportunidade, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que a renovação de concessão ou permissão de emissoras de radiodifusão deve ser de competência das respectivas câmaras municipais e não do Senado, frisando que os inúmeros pedidos, através de projeto de decreto legislativo, vêm congestionando a pauta de trabalho da Casa, principalmente da Comissão de Educação.

Por sua vez, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) lembrou que sempre se

abstém de votar na renovação de concessões e permissões das emissoras porque “elas não cumprem a legislação”. Para a senadora, o Congresso Nacional e o Poder Executivo ainda não criaram mecanismos eficientes destinados a atender princípios básicos de controle da qualidade, estímulo à cultura regional, aos artistas e à área jornalística, conforme determina a lei. A senadora Luzia Toledo destacou a importância das milhares de emissoras de rádio espalhadas por todo o país e disse que elas prestam relevantes serviços à comunidade.

Na próxima terça-feira, a partir das 11h30, a comissão realizará um esforço concentrado destinado a votar nada menos do que 17 projetos de lei que se encontram na pauta aguardando deliberação em caráter terminativo, segundo anunciou a vice-presidente da comissão, senadora Luzia Toledo.

Entre os projetos a serem apreciados estão o que define escola comunitária, confessional e filantrópica para fins de recebimento de recursos públicos e o que prevê a reutilização dos livros didáticos no ensino fundamental e médio.

Bernardo Cabral condena extinção do Calha Norte

A exclusão do programa do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003, prevista em documento confidencial apresentado em plenário, é apontada pelo senador como um “verdadeiro escárnio à segurança da região Norte”

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) classificou ontem como “um verdadeiro escárnio à segurança da região Norte” a decisão tomada por técnicos do governo de extinguir o programa Calha Norte. A informação consta de documento confidencial apresentado por Cabral em plenário, que revela a retirada do Calha Norte do Plano Plurianual 2000/2003 e o remanejamento dos recursos para o Programa de Desenvolvimento Social na Faixa de Fronteira – antigo Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira. “Dessa

forma, o Calha Norte, não constando do PPA 2000/2003, estará extinto”, explica o documento datado do último dia 13 de agosto.

Segundo Cabral, a decisão foi comunicada por Ariel Garces Pares, da Secretaria de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na fase final dos trabalhos de elaboração do Plano Plurianual, quando foram lançados os valores orçamentários e o programa Calha Norte dele não constava. O documento ainda revela que a assessoria do Calha Norte realizou vários contatos



Cabral teme que a Amazônia venha a se transformar em um novo Camboja

Cabral lamentou a falta de transparência no caso e o fato de que o Calha Norte esteja sendo extinto “por uma decisão de técnicos em orçamento, porque acham que não é impor-

com a Secretaria de Planejamento e Avaliação na tentativa de reverter a situação, mas não obteve sucesso.

ta de transparência no caso e o fato de que o Calha Norte esteja sendo extinto “por uma decisão de técnicos em orçamento, porque acham que não é impor-

tante, sem base em qualquer decisão de governo ou decisão política”.

O senador lembrou que já é inexpressiva a presença do governo na região amazônica e alertou para declaração de um general de quatro estrelas do Exército brasileiro, na Universidade Federal do Amazonas, de que “a apatia do governo vai acabar transformando a Colômbia em Vietnã e a Amazônia no Camboja”. Cabral encaminhou o documento à Mesa Diretora do Senado e ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Tião Viana quer teste de HIV em mulheres grávidas

Lembrando que 5 mil 300 crianças brasileiras estão contaminadas com o vírus da Aids, o senador Tião Viana (PT-AC) anunciou ontem que está elaborando projeto de lei para obrigar a aplicação do teste anti-HIV em todas as mulheres grávidas do país. Ele também quer que seja oferecido AZT endovenoso à mãe soropositiva durante o trabalho de parto até o corte do cordão umbilical.

O senador informou que a transmissão perinatal é a principal via de infecção pelo HIV na população infantil, tendo sido responsável, nos últimos anos, por 90% dos casos conhecidos. Também afirmou que de 15% a 40% das crianças nascidas de mães soropositivas para o HIV tornam-se infectadas na gestação, durante o trabalho de parto, no parto ou na amamentação.

“É possível acabar com a Aids de transmissão vertical (da mãe para o filho) no Brasil, desde que se faça o exame obrigatório nas grávidas”, afirmou Tião Viana, acrescentando que o governo da Grã-Bretanha



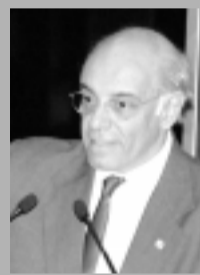
Tião Viana crê na possibilidade de acabar transmissão de Aids de mãe para filho no Brasil

adotou recentemente essa medida. Ele também alertou que, na África, a Aids ameaça 60% da população dos países centrais. E observou que o coquetel anti-retroviral pode reduzir a menos de 1% a transmissão do vírus.

Além do teste anti-HIV, o projeto de Tião Viana deverá prever a oferta de AZT a toda gestante infectada, devendo também dispor sobre a oferta de tratamento até o parto e reavaliação no pós-parto.

Artur da Távola comunica sua saída do PSDB

Em pronunciamento no plenário, o senador Artur da Távola (RJ) informou ontem que está se retirando do seu partido, o PSDB. Ele explicou que sua atitude obedece a “razões profundas” de sua con-



Artur da Távola afirmou ter “razões profundas”

vicção e pediu que todos respeitem o seu silêncio e sua tristeza.

O senador Antonio Carlos Magalhães disse que ao presidente da Casa não cabia se manifestar sobre esse assunto, o qual considera de ordem particular, mas desejava afirmar que “ainda bem que V. Exa. continuará no Senado com o brilho de sua inteligência e da sua cultura”.

Tuma registra realização do fórum São Paulo Século XXI

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comunicou ontem ao plenário que esteve presente, juntamente com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), na abertura solene do Fórum Parlamentar “São Paulo Século XXI”, na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde estarão centralizados, até dezembro do ano 2000, os debates sobre o futuro do estado, envolvendo personalidades e entidades representativas de todos os segmentos políticos e sociais.

No encerramento do fórum, que se originou por proposta do deputado estadual Arnaldo Jardim, será feito um relatório que servirá como banco de dados para embasar ações legislativas e de consulta para a sociedade em geral. Tuma informou que a solenidade coincidiu com a primeira transmissão feita pela TV Assembléia para os assinantes de sistemas de cabo e contou com a presença, entre outras autoridades, do governador Mário Covas, e dos



Romeu Tuma previu que a iniciativa contribuirá para o progresso do Brasil

ministros José Serra e Paulo Renato Souza.

– Estou certo de que o Fórum Parlamentar “São Paulo Século XXI”, a par de constituir, com seu exemplo, estímulo a que se produzam eventos semelhantes em outros estados, representa notável esforço político-social destinado a dar frutos portentosos para o progresso do Brasil – afirmou o senador.

Amorim reclama de subsídios concedidos pela União aos grandes estados devedores

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) reclamou ontem dos subsídios que o governo federal está dando aos grandes estados devedores. Ele disse que da dívida de R\$ 127 bilhões – até abril – o governo federal está refinanciando R\$ 95 bilhões, com juros de 6% ao ano, e não estão sendo contemplados Acre, Amapá, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Piauí, Roraima e Tocantins.

Segundo Amorim, os recursos estão sendo captados no mercado financeiro com juros de 20% ao ano. “Assim, no fluxo de caixa, por ano, a União paga R\$ 19 bilhões e recebe R\$ 6,8 bilhões, ou seja, tem um déficit anual de R\$ 12,2 bilhões.”

O senador acrescentou que projeto de lei do senador José Alencar (PMDB-MG), já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pretende baixar de 13% para 5% o percentual da arrecadação líquida que cada estado



Amorim apontou como melhor solução a realização de reforma tributária e fiscal

deve destinar à amortização de sua dívida com o governo federal. “Isso quer dizer que a despesa da União subirá para R\$ 16,4 bilhões anuais”, frisou.

Como nem todos os estados foram contemplados nessa negociação, Amorim pergunta se tal critério é justo. “Na verdade, há quatro ou cinco estados falidos, em especial, São Paulo e Minas,

recebendo quase todo o subsídio. Enquanto isso, Rondônia está abandonada e o governo federal alega não ter dinheiro para investir na agricultura ou socorrer os produtores rurais.”

Para Amorim, “não está certo os estados mais ricos custarem tanto à União sem haver qualquer compensação aos estados mais pobres”. Ele recordou que a regulamentação de limites e condições de operações de crédito dos estados é competência privativa do Senado Federal, onde a igualdade entre os estados é “assegurada de forma absoluta, ou pelo menos assim deveria ser”.

A solução para essas distorções, na opinião de Amorim, passa por uma discussão séria sobre reforma tributária e fiscal. “O PPB está dando o exemplo, através da Fundação Milton Campos, que está organizando um seminário, essa semana, sobre esse tema, na Câmara dos Deputados”, destacou Amorim.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Remo
7h30 – Especial Unip – Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Efeitos da maconha
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h25 – Senado em Pauta
8h30 – Entrevista – O senador Freitas Neto fala sobre o ensino público do Brasil
8h55 – Senado em Pauta
9h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após – CPl do Judiciário
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Sessão do Congresso (ao vivo)
Logo após – Jornal do Senado
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – “A voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação
0h – Plenário do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

Senadores pedem solução para a agricultura

O movimento dos produtores rurais, que ocupam a Esplanada dos Ministérios em busca de uma resposta para sua lista de 13 reivindicações encaminhadas ao governo federal, foi discutido pelos senadores em



plenário. Todos ressaltaram o importante papel exercido pelo setor agropecuário, lembrando que os produtores não buscam o perdão da dívida, mas apenas a renegociação em melhores condições

Maldaner conclama o governo a atender

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou ontem em plenário as 13 reivindicações dos produtores rurais que promovem uma manifestação em Brasília. Entre elas, a destinação de R\$ 15 bilhões ao custeio da safra 1999/2000, o fortalecimento da política de garantia de preços mínimos, a redução da taxa de juros do crédito rural de 8,75% para 6%, assim como a redução para 3% dos juros que incidem sobre os recursos do programa de apoio à agricultura familiar (Pronaf).

Maldaner reconheceu, porém, que o problema maior do setor é o alto custo financeiro que lhe foi imposto, e que representa a raiz de seu atual endividamento. "Desde o Plano Collor, quando



Casildo Maldaner

os produtos agrícolas foram reajustados em 30% e os custos financeiros em 70%, a agricultura vem sofrendo com o alto custo do dinheiro. No Plano Real, veio o câmbio sobrevalorizado e os juros intoleráveis."

O senador por Santa Catarina se declarou "emocionado" com o caráter ordeiro e pacífico da manifestação gigantesca. "Os gritos de 'Acorda, Brasil' e 'A Esplanada também é nossa' demonstram bem que a necessidade maior da agricultura é de uma política definida, que proteja o produtor, como acontece nos Estados Unidos e na Europa."

Em apertado, os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Arlindo Porto (PTB-MG) concor-

daram com opositor. Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), "não é possível aceitar que o governo elabore, com celeridade, um programa de socorro aos bancos como o Proer e não tenha condições de dialogar com os produtores rurais apresentando-lhes uma proposta viável".

Também em aparte, o senador Blairo Maggi (sem partido-MT) garantiu que os números que o governo apresenta sobre a dívida do setor rural estão errados. "Ninguém quer perdão nem acobertar caloteiros. A dívida cresceu em função dos planos econômicos. Há algo errado com um país quando um único banco, o Itaú, lucrou nos últimos seis meses mais do que toda a agricultura de soja, que produz 31 milhões de toneladas, gerando 1,5 milhão de empregos", concluiu.

Emilia resalta: produtores não querem perdão

"O que precisa mudar substancialmente é a visão do presidente da República e da equipe econômica com relação aos agricultores", aconselhou ontem a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), ao pedir que se evitem expressões depreciativas, como "caloteiros", para referir-se aos produtores rurais. A senadora lembrou que eles não estão em Brasília para pedir perdão para suas dívidas, mas para renegociá-las.

A senadora propôs que o Brasil reverta a lógica que trata setores produtivos, entre eles a agropecuária e a indústria, como "bandidos", enquanto o capital financeiro é tratado com benevolência. "A renegociação de dívidas é vista como um prejuízo para o Tesouro Nacional, mas o recente Proer, que consumiu mais de R\$ 20 bilhões, ou a doação de US\$ 1,7 bilhão para dois bancos

falidos, desmascarados pelo CPI do Sistema Financeiro, são apresentados como imprescindíveis para a estabilidade da economia nacional", reclamou.

Emilia destacou que, enquanto os produtores são obrigados a recorrer a um movimento nacional para buscar uma solução para suas dívidas, os 15 maiores bancos do país nunca lucraram tanto como neste primeiro semestre. Ela lembrou o crescimento da dívida agrícola durante o real, passando de US\$ 8 bilhões para mais de US\$ 20 bilhões hoje, o que significa uma transferência de recursos do sistema produtivo para o sistema financeiro nacional e internacional:

— Esquece o governo federal que a



Emilia Fernandes

agropecuária brasileira é que sustentou o Plano Real até o seu esgotamento, não sendo justo que pague com a falência e descapitalização o fracasso da política econômica.

Para Emilia, a mobilização dos produtores rurais em Brasília deve ser vista como um alerta definitivo ao governo federal quando, "não por acaso, o presidente Fernando Henrique Cardoso atinge seus mais altos índices de impopularidade". Em aparte, os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Arlindo Porto (PTB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiaram as preocupações da senadora, concordando que o assunto é de extrema importância.

Maggi sugere diálogo que aproxime os dois lados

O movimento dos agricultores que se encontram em Brasília não pode ser visto como mais uma manifestação de alguns poucos produtores rurais que pleiteiam "benesses" do Tesouro Nacional, afirmou o senador Blairo Maggi (sem partido-MT). Ele sugeriu que se abra "um diálogo inteligente entre produtor e governo para que o primeiro tenha condições de pagar suas contas e o segundo consiga continuar a engen-



Blairo Maggi

drar um plano que favoreça os dois lados".

O senador reclamou de que reportagens na mídia dão a impressão de que os produtores rurais "nunca ganharam tanto dinheiro como agora".

— Em geral, a maior parte dos produtores rurais, tanto grandes quanto pequenos, encontra-se comprometida com dívidas contraídas no mercado financeiro, as quais, por terem sido corrigidas por indexadores

criados pelo governo e com juros elevados, foram demasiadamente elevadas, ao contrário do preço dos produtos agrícolas, que, no mesmo período, decresceu em valor real — destacou Maggi, completando que os produtores foram ainda prejudicados pela valorização do dólar e pela concorrência dos produtos importados.

Maggi afirmou que "a recente ajuda que o Banco Central concedeu aos bancos Marka e FonteCindam corresponde a 1,3 vez o valor do lucro obtido com uma safra de soja por todos os produtores brasileiros desse grão".

Alcântara: dificuldades afetam os grandes e os pequenos

O fato de os agricultores pressionarem o governo e o Congresso Nacional não é novidade, disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para observar que é exatamente sua reincidência que exige reflexão sobre as dificuldades crônicas da agricultura brasileira. Para o senador, "há uma cortina de fumaça que nos impede de ver o que realmente está acontecendo, mas, à primeira vista, as dificuldades do setor estão democraticamente disseminadas".

Dizendo não ter elementos para avaliar se há manipulação do movimento por parte de devedores contumazes, Lúcio Alcântara observou que nessa mobilização convivem tanto os setores agrícolas mais modernos direcionados para a exportação, com alta produtividade, acesso a crédito e mercado externo, quanto aqueles mais atrasados. Sem distinção, as reclamações contra a falta de condições de pagamento das dívidas contraídas são feitas por todos os setores agrícolas, de todos os estados brasileiros, e "a situação é difícil, praticamente insolúvel", disse o senador.

Em aparte, o senador Geraldo Melo

(PSDB-RN) disse ser impossível tratar como irresponsáveis e caloteiros os pequenos, micro, médios e grandes agricultores de todas as regiões do país. Para ele, Alcântara "deu a entender qual o fulcro do problema", que estaria no relacionamento do setor agrícola com o sistema financeiro, "todo-poderoso". Uma coisa, afirmou, é pagar empréstimos com encargos admissíveis, outra é o sistema bancário fixar cobranças sem controles. E exemplificou: em caso de atraso no pagamento, há bancos que cobram juros de mora de 2% e multa de 34% ao mês.

A senadora Heloisa Helena (PT-AL) defendeu que os problemas que hoje concentram as preocupações nacionais (sistema financeiro, agricultura e pobreza) deveriam ser tratados conjuntamente, discutindo-se a opção econômica do governo e a forma de inserção do país na nova realidade internacional. Para Roberto Saturnino (PSB-RJ), a discussão do modelo pode ser feita pontualmente ou diretamente, concentrando a discussão no núcleo das políticas que definem o atual modelo.



Lúcio Alcântara

Para Marina, país não trata agropecuária como prioridade

Apesar de copiarem indiscriminadamente tudo o que vem do mundo desenvolvido, infelizmente o Brasil e seus governantes não imitam o tratamento dado à agricultura pelos países desenvolvidos, para os quais este setor é estratégico na geração de emprego e renda, disse ontem a senadora Marina Silva (PT-AC).

Conforme levantamento feito pela liderança de seu partido, 50% do orçamento da Comunidade Européia são aplicados na agricultura. No Brasil, entretanto, entre 1985 e 1996 foram extintos 942 mil estabelecimentos agrícolas, 96% deles com área inferior a 100 hectares, afirmou. Mais de 400 mil desses estabelecimentos, acrescentou Marina Silva, foram extintos nos dois primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Também ao contrário dos países desenvolvidos, para os quais a garantia de acesso à terra foi condição para o desenvolvimento capitalista, no Brasil e nos demais países ditos em desenvolvimento, a reforma agrária foi ideologizada, afirmou a senadora. Para ela, a marginalização da agricultura no conjunto da política econômica do governo é também indicio das dificuldades enfrentadas pela reforma agrária. "Se no movimento há 'caronas' que usaram de má fé, que sejam tratados sem qualquer complacência", defendeu.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que "a agricultura é que tem sustentado o pobre" e que ela não envolve apenas créditos e investimentos do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, mas também deve ser integrada a uma política de desenvolvimento para o país.



Marina Silva